

SUMÁRIO

Sobre aquilo que ainda devo dizer a respeito da 33ª Edição....	VII
Apontamentos sobre a 32ª edição	XI
Nota à 31ª Edição	XIII
Prefácio à 29ª Edição.....	XV
Prefácio à 28ª Edição.....	XVII
Prefácio à 26ª Edição.....	XXI
Prefácio à 25ª Edição.....	XXV
Prefácio à 14ª Edição	XXVII
Prefácio à 13ª Edição.....	XXV
Prefácio à 7ª Edição.....	XXIX
Prefácio à 4ª Edição.....	XXXIII
Plano da Obra.....	XXXV
INTRODUÇÃO	1

Capítulo I

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito positivo e Ciência do Direito	5
2. A linguagem do legislador e a linguagem do jurista	8

XXXVII

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

3. Texto de direito positivo e norma jurídica	11
4. Sistemas jurídicos — sistema do direito posto e sistema da Ciência do Direito.....	14
5. O conjunto das normas válidas como objeto da Ciência do Direito	15
6. Conceito e definição de Direito Tributário positivo e de Ciência do Direito Tributário — o falso problema da autonomia	17
7. Outras denominações da disciplina	20

Capítulo II

TRIBUTO

1. Acepções do vocábulo “tributo”	23
2. A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional	27
3. Tipologia tributária no Brasil — o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo	31
4. O art. 4º do Código Tributário Nacional — denominação e destino do produto da arrecadação	32
5. Empréstimo compulsório.....	34
6. O imposto como tributo não vinculado à atuação do Estado	37
7. Taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício regular do poder de polícia	41
8. Contribuição de melhoria	43
9. Das contribuições	45

Capítulo III

FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Fontes do direito	49
2. Fontes do direito positivo e fontes da Ciência do Direito	56
3. A doutrina	57
4. Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito brasileiro — instrumentos primários e secundários.....	58
5. Instrumentos primários.....	60
6. Instrumentos secundários.....	76
7. Vício formal e vício material	79
8. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional.....	81

Capítulo IV

VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. O problema da existência, da validade e da eficácia das normas jurídicas	85
2. A questão da vigência.....	88
3. A vigência das normas tributárias no tempo	91
4. A vigência das normas tributárias no espaço	92
5. Vigência e aplicação das normas jurídicas.....	93
6. Aplicação das normas tributárias.....	95
7. A aplicação das normas tributárias e a retroatividade	97

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

8. Métodos de interpretação do direito – a interpretação sistemática	99
9. A interpretação do direito como um sistema de linguagem	103
10. O tema da interpretação na disciplina do Código Tributário Nacional.....	105
11. O percurso da construção de sentido — modelo de interpretação que pode ser aplicado ao direito tributário a partir da análise do discurso	112
12. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade	135

Capítulo V

SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

TRIBUTÁRIOS

1. Noção de sistema	139
2. Classificação dos sistemas.....	142
3. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem.....	144
4. Direito positivo: ordenamento ou sistema?	148
5. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria auto-poiética do direito	150
6. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser	154
7. Regras de comportamento e regras de estrutura ...	155
8. Sistema constitucional brasileiro	157
9. O subsistema constitucional tributário.....	158
10. Princípios constitucionais gerais.....	160
11. Princípios constitucionais tributários.....	174

Capítulo VI

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

1. A noção corrente de imunidade tributária — avaliação crítica	189
2. Conceito e definição do instituto — sua natureza jurídica	202
3. Paralelo entre imunidade e isenção	205
4. A imunidade recíproca.....	206
5. A imunidade dos templos de qualquer culto	209
6. A imunidade dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais.....	210
7. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão.....	211
8. A imunidade das produções, fonogramas e videofonogramas musicais	212
9. Outras hipóteses de imunidade	213
10. Imunidades de taxas e de contribuições	215

Capítulo VII

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. A Lei 5.172/66, em face da Constituição de 1988.....	217
2. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional.....	218
3. Breve esboço histórico e as duas mais importantes interpretações do art. 18, § 1º, da Carta de 1967	221
4. A previsão do art. 146 da Constituição vigente.....	226
5. O tema da hierarquia da lei complementar.....	228
6. Hierarquia formal e hierarquia material	230

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

7. Exegese sistemática e compreensão do alcance das normas gerais de Direito Tributário	232
8. Conclusões	234

Capítulo VIII

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Competência tributária e capacidade tributária ativa	237
2. Sobre as características da competência tributária	241
3. Competência residual e extraordinária	248
4. Considerações a respeito da competência como objeto de disciplina do Código Tributário Nacional	252
5. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade	256
6. Exercício da competência — a edição das normas tributárias	261
7. Normas tributárias em sentido amplo e em acepção estrita	262
8. A regra-matriz de incidência — sua estrutura lógica — hipótese e consequência.....	264

Capítulo IX

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. HIPÓTESE TRIBUTÁRIA E FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Delimitação do conteúdo de “fato puro”, “fato contábil” e “fato jurídico”	267
2. O caráter exclusivamente jurídico do chamado “fato gerador”	276

2.1 A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma	277
3. A expressão equívoca “fato gerador”	280
4. Hipótese tributária e fato jurídico tributário.....	283
5. A subsunção do fato à norma e a fenomenologia da incidência	284
6. Hipótese — sua integridade conceitual — fatos jurídicos tributários simples e complexos	288
7. Os critérios da hipótese: material, espacial e temporal	291
8. Crítica à classificação dos fatos geradores em função do momento de sua ocorrência	302
9. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional.....	307

Capítulo X

A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA.

O CONSEQUENTE DA NORMA E AS RELAÇÕES

JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS

1. A consequência ou “prescritor” da norma tributária — seus critérios.....	319
2. Relação jurídica e relações jurídicas tributárias.....	321
3. A obrigação tributária e os deveres instrumentais ou formais	326
4. A obrigação tributária no Código Tributário Nacional	329
5. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito ativo	334
6. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito passivo	337
7. Sujeito passivo e domicílio tributário	339

8. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva — capacidade para realizar o fato jurídico tributário e capacidade para ser sujeito passivo de obrigações tributárias.....	342
9. Sujeito passivo e solidariedade	350
10. Sujeito passivo e responsabilidade tributária.....	353
11. O critério quantitativo — a definição da dívida tributária	360
12. A base de cálculo na Teoria Geral do Direito Tributário	362
13. A alíquota.....	373

Capítulo XI

SÍNTESE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA

1. Visão da regra-matriz de incidência na sua integridade constitutiva	377
2. Esquema lógico de representação formal — explicação dos símbolos	379
3. A função operativa e prática do esquema da regra-matriz de incidência — exemplos de aplicação no direito positivo brasileiro.....	381

Capítulo XII

CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

1. Enunciados e objetos da experiência — “fato” como enunciado protocolar — a constituição jurídica do “fato”	390
2. O evento previsto em norma e a chamada “relação jurídica efectual”	395
3. O fato jurídico tributário e seu efeito peculiar: instaurar o vínculo obrigacional.....	397

4. A natureza do crédito tributário — crédito e obrigação	399
5. O crédito tributário no Código Tributário Nacional	400
6. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência.....	403
7. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta relativa à percussão tributária.....	404
8. Lançamento tributário — o problema semântico ...	406
9. Demarcação conceitual do vocábulo “lançamento”	411
10. Lançamento tributário: norma, procedimento e ato ..	419
11. Lançamento e a teoria dos atos administrativos.....	423
12. Definição de lançamento tributário	424
13. As cláusulas da definição satisfazendo a estrutura do ato	434
14. A norma jurídica do ato de lançamento e a norma que figura como seu conteúdo	437
15. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário	439
16. Sobre o conteúdo do ato de lançamento.....	443
17. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento.	444
18. Lançamento provisório e definitivo	446
19. Lançamento e auto de infração	448
20. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário.....	450
21. Alterabilidade do lançamento no direito positivo brasileiro	453
22. Modalidades de lançamento — crítica.....	459
23. Aspectos do lançamento no Código Tributário Nacional.	461
24. A norma jurídico-tributária, individual e concreta produzida pelo sujeito passivo	466

25. A linguagem produtora da norma individual e concreta e o momento em que ingressa no sistema positivo..... 469

Capítulo XIII

SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO

TRIBUTÁRIO

1. A suspensão é da exigibilidade e não do crédito 471
2. As hipóteses do art. 151 da Lei 5.172/66..... 472
3. O instituto da moratória e sua disciplina jurídico-tributária 473
4. O depósito do montante integral do crédito..... 478
5. As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário 478
6. A concessão de medida liminar em mandado de segurança..... 479
7. A concessão de tutela de urgência ou de evidência, medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial 480
8. O parcelamento..... 481

Capítulo XIV

EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Possibilidades teóricas de extinção das relações jurídicas 483
2. A extinção do crédito é concomitante ao desaparecimento do vínculo obrigacional..... 485
3. Causas extintivas no Código Tributário Nacional... 486
4. Pagamento e pagamento indevido..... 487

5. Compensação	495
6. Transação	496
7. Remissão	497
8. Decadência	498
9. Prescrição	503
10. Conversão de depósito em renda.....	510
11. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento	510
12. A consignação em pagamento.....	513
13. A decisão administrativa irreformável	514
14. A decisão judicial passada em julgado.....	515
15. A dação em pagamento em bens imóveis na forma e condições estabelecidas em lei.....	516

Capítulo XV

“EXCLUSÃO DO CRÉDITO” TRIBUTÁRIO

1. O significado da “exclusão do crédito” e as causas excludentes previstas no Código Tributário Nacional	517
2. Crítica às teorias sobre a isenção	519
3. Fenomenologia das isenções tributárias	524
4. As regras jurídicas sobre isenção no Código Tributário Nacional.....	532
5. Conceito jurídico de anistia fiscal	536
6. As prescrições do Código Tributário Nacional sobre anistia	537
7. Considerações finais	538

Capítulo XVI

INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Direito e coatividade.....	541
2. Sanção — acepções da palavra.....	543
3. Algumas palavras sobre a norma secundária	544
4. A estrutura lógica da regra sancionatória — infração e sanção.....	548
5. A infração como hipótese normativa da regra sancionatória — seu núcleo constante.....	550
6. Os crimes fiscais como hipótese normativa da regra sancionatória	550
7. Espécies de infrações tributárias	551
8. As figuras do “abuso de direito” e da “fraude à lei” no ordenamento jurídico tributário brasileiro.....	557
9. As infrações no Código Tributário Nacional	560
10. A sanção como consequente normativo.....	570
11. Espécies de sanções tributárias.....	571
12. Os excessos sancionatórios.....	582
13. Responsabilidade dos sucessores	584
14. Responsabilidade de terceiros	592
15. Responsabilidade por infrações	598
16. Tipicidade, vinculabilidade da tributação e denúncia espontânea.....	599

Capítulo XVII

GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Garantias do crédito tributário.....	605
2. Garantias no CTN e outras garantias expressamente previstas em lei	606
3. Bens que respondem pelo pagamento do crédito tributário.....	611
4. Presunção de fraude na alienação de bens	615
5. Os privilégios do crédito tributário.....	617
6. O crédito tributário nos processos de falência do devedor.....	619
7. O crédito tributário nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas	621
8. Necessidade de quitação.....	622

Capítulo XVIII

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A atividade de administração tributária em face da lei	625
2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias	626
3. O dever de sigilo e o auxílio de força pública.....	630
4. Dívida ativa.....	633
5. Certidões negativas	635
REFERÊNCIAS	641